



Espaço, Memória e Patrimônio: a vivência do evento e o compartilhamento do trauma

Leandro Roberto Neves¹

“Aos amigos de São Luiz do Paraitinga”

Resumo

Este texto condensa um conjunto de reflexões da pesquisa de doutorado. Tal trabalho tem como objetivo discutir as perdas materiais e imateriais após a enchente que atingiu o município de São Luiz do Paraitinga no Estado de São Paulo, ocorrida nos primeiros dias do ano 2010. A catástrofe ambiental ocasionou, no funcionamento da cidade, uma situação caótica, pois destruiu edificações tombadas como patrimônio histórico, habitações comuns, vias de acesso, comércio e outros. Todos localizados em áreas próximas ao rio Paraitinga. A perda total dos objetos pessoais, tais como utensílios domésticos, documentos, fotografias e moradia, possibilitaram a construção do pressuposto que a destruição material do espaço ocupado fomentou temporariamente a *descontinuidade* (Lefebvre, 2006), na dinâmica socioprodutiva da cidade e a profusão dos sentimentos de incerteza e desesperança nas famílias vitimadas. Nesse contexto, foi possível apreender via um procedimento etnográfico, preocupações da população atingida que envolviam a superação das perdas materiais e imateriais provocada pelo *evento crítico* (Das, 1995), a reestruturação das edificações históricas e, sobretudo o compartilhamento da *memória social* (Halbwachs, 2011) do

¹ Doutor em Psicologia Social-USP e Professor da Universidade Federal de Roraima. End.: Rua Tenente Cícero, 359, Aparecida, Boa Vista-RR – Brasil - CEP 69306-340. E-mail: leandro.neves@ufr.br.

Recebimento: 14/11/2013 • Aceite: 04/12/2013

trauma, no qual, em seu bojo, podem-se perceber experiências derivadas das relações entre espaço, edificação (patrimônio) e corpo (memória) em um contexto fortemente marcado pela tradição.

Palavras-Chave: Espaço. Memória. Catástrofe.

Space, Memory and Patrimony: the experience of the event and sharing the trauma

Abstract

This text condenses a set of reflection of a PhD research. This study aims to discuss the material and immaterial losses after the flood that hit the city of São Luiz do Paraitinga in the State of São Paulo, which occurred in the first days of 2010. The environmental catastrophe, caused in the functioning of the city, a chaotic situation, it destroyed buildings tumbled as historic patrimony, common dwellings, access roads, trade and others. All located in areas close to the river Paraitinga. The total loss of personal items, such as household items, documents, photographs and housing, made possible the construction of the presupposed that the material destruction of the space occupied temporarily fostered the *discontinuity* (Lefebvre, 2006), in the city's dynamic socioproductive and the profusion of feelings uncertainty and hopelessness in families victimized. In this context, it was possible to learn, via a procedure ethnographic, concerns of the affected population involving the overcoming of material and immaterial losses caused by the *critical event* (Das, 1995), the restructuring of historical buildings, and especially the sharing of *social memory* (Halbwachs, 2011), of trauma, in which, in its essence, can be perceived derived experiences of the relations between space, building (patrimony) and body (memory) in a context strongly marked by tradition.

Keywords: Space. Memory. Catastrophe.

Aspectos históricos

São Luiz do Paraitinga situa-se na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte no Estado de São Paulo. O município é reconhecido por possuir o maior conjunto arquitetônico construído nos tempos áureos do café,

acrescentando-se a este as fazendas, também do mesmo período, algumas das quais permanecem conservadas na localidade.

O modo de vida pode ser denominado como “caipira” (GONÇALVES, 2007) – estilo de vida carregado de significados culturais –, o qual traduz uma tipologia regional tipicamente brasileira, em contraposição às novas formas de expressão popular produzidas pelo processo de consumo e entretenimento da sociedade de massa (ARENDR, 2007).

O agenciamento econômico do local pela instância pública pode ser percebido no percurso histórico (TOLEDO, 2001; BRANDÃO, 1995; VIEIRA, 2008) e econômico da cidade que, inicialmente, aponta a sua principal base econômica como lugar de passagem e entreposto. A vila, antes de se constituir como cidade, tinha uma importância para as tropas que transportavam ouro de Minas Gerais para o porto de Ubatuba (SP). Em um segundo ciclo econômico, a monocultura cafeeira foi o principal ciclo de produção – com a decadência do café iniciar-se-ia a agropecuária, com ênfase na produção de leite – caracterizando-se por um lugar de passagem e produção. Atualmente, está inserida no ciclo econômico da monocultura de eucalipto e do turismo – caracteriza-se como uma cidade que transita da produção agromercantil para a produção turística.

Segundo Trindade (1977), o processo de colonização portuguesa em São Luiz do Paraitinga, pautado no ideário iluminista, “orientou um empirismo geográfico do sítio escolhido, da topografia e do rendimento imediato da instalação” (TRINDADE, 1977, p. 22). Os edifícios, concentrados nos lugares escolhidos, tinham uma simetria no padrão arquitetônico e serviam como objeto de controle e direcionamento. Eram tributados e funcionavam como emblemas de um segmento econômico da cidade, pois somente os representantes do poder público e as famílias abastadas tinham condições de morar naquele espaço demarcado.

Para a construção das primeiras edificações públicas, foram projetados no terreno da praça edifícios públicos (Casa de Câmara e Cadeia) e uma igreja. Demarcado o centro a ser construído, assim como a topologia das

edificações, iniciou-se a formação do centro urbano da cidade e seu entorno. Na área baldada ao redor da praça, de forma contígua, foram construídos casarões, seguindo modelos arquitetônicos mineiro e português. Tais construções ocorreram com maior vulto no período do café, expressando o poder político, econômico e religioso dos fazendeiros e comerciantes ricos da cidade.

Evento e acontecimento: situando noções

Após a enchente, no início de 2010, a população vivenciou uma situação caótica do funcionamento dos serviços públicos e do comércio no município, pois muitas edificações públicas e privadas foram destruídas, as pessoas estavam impossibilitadas de operarem ou acessarem inúmeros serviços, até mesmo de circular em algumas áreas na cidade. No âmbito da vida privada (lar, família), o escopo se circunscrevia na contabilidade das perdas materiais, no sofrimento, na lembrança, na esperança e na recuperação dos bens para alguns. Essa condição conjuntural (socioeconômica e psicológica) na qual os cidadãos se encontravam se aproximou da experiência descrita nos estudos de Veena Das (1995) sobre *evento crítico* na Índia, e ora apresentou aspectos da discussão de acontecimento traumático, discutido por Paulo Knauss, no incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, no ano de 1961.

Para Das (1995), os estudos dos eventos críticos na Índia auxiliaram na compreensão dos conflitos entre Estado e comunidade política a partir de categorias como: memória, vítimas, sacrifícios, pureza, honra e outros. Para essa autora, os eventos críticos foram fatos ou acontecimentos políticos (desastre industrial de Bhopal, Partição da Índia, Sacrifício Feminino entre os hindus e outros) que explicitaram situações de injustiça e/ou desigualdade social presentes na estrutura da sociedade. Via estudo etnográfico das vítimas de tais eventos, demonstrou que o evento crítico provocou uma quebra no cotidiano, uma ruptura temporal, e rearticulou o conflito de interesse entre a população vitimada (sociedade civil) e o ente público (Estado). O evento

crítico, nessa perspectiva, institui demandas a serem negociadas entre o agente social local e o Estado.

Já para Knauss (2007), o acontecimento é um fato, um evento, produzido na vida cotidiana da cidade, cuja origem não está vinculada diretamente ao domínio do Estado e/ ou provoca negociações entre agentes sociais e ente público. Nessa concepção, o ente público não se configura como o organizador do fato. O acontecimento é um fato datado com desdobramento na conjuntura da cidade, cujos efeitos têm magnitude para atingi-la toda, possibilitando estabelecer uma relação entre a história do acontecimento e a história dela.

Contudo, para haver essa relação – história do acontecimento e história da cidade – há de ser observado um elemento substancial, qual seja: a divulgação do acontecimento pela mídia. Nesse processo de veiculação do acontecimento midiático, utilizam-se recursos de linguagem jornalística, normalmente, orientados por estratégias de manipulação e controle da opinião pública. O desdobramento do acontecimento na sociedade tem a ver com o discurso produzido sobre o mesmo.

Por sua vez, pode-se apontar uma possibilidade de convergência dessas duas noções – evento crítico e acontecimento – a partir da repercussão do evento no funcionamento da cidade e na amplitude que tal fenômeno pode atingir na sociedade. O evento/acontecimento tem a probabilidade de deixar de ser um fato isolado, com desdobramento local, para inscrever-se em um domínio nacional, onde diversas correlações de força política e econômica são mobilizadas a influir no seu desfecho. No caso de São Luiz, o evento mobilizou o domínio político, o econômico e o cultural em escala nacional, sendo que agentes externos (privados e públicos) contribuíram para a construção e a implementação da ideia da reconstrução imediata da cidade.

O evento também provocou demandas sociais e impôs novas estratégias de negociação entre a sociedade civil e o Estado. Os vitimados exigiram a consolidação de políticas públicas que atendessem a sua demanda

emergente, e o ente público respondeu a tais demandas, mas não construiu políticas que de fato superasse as contradições estruturais do local.

Nesse cenário, as informações foram transmitidas em rede de notícia nacional, e essa espécie de “irradiação” do evento para toda a sociedade perpassou pela construção discursiva do acontecimento. Segundo Foucault (2011), o discurso tem *vontade de verdade*, a legitimação do mesmo tem apoio nas diversas instituições, as quais contribuem para valorização, distribuição e atribuição do saber. Desta forma, construiu-se um discurso oficial do acontecimento circunscrito nos domínios político, econômico e religioso do local.

Utilizando a noção de evento crítico, pode-se apontar que a enchente é um acontecimento recorrente no município e impôs historicamente negociações entre a esfera pública e a sociedade civil. Mas, em 2010, devido ao efeito catastrófico de tal fenômeno, explicitou a correlação de força entre sociedade civil e Estado.

Essa proposição coadunou com o argumento de Veena Das, ao comentar que a investigação da narrativa, a partir de pessoas que vivenciaram eventos críticos, tem a possibilidade de recuperar as vozes dos vitimados (fala não oficializada). Além disso, afirma que, no conteúdo dessas vozes, existem pistas da organização social do lugar e das correlações de força.

A discussão de acontecimento traumático pode ser, parcialmente, apropriada na repercussão midiática que tal fato auferiu no contexto nacional, mas sobretudo na disputa discursiva sobre a enchente e no compartilhamento das situações desorganizadoras, ou seja, traumáticas.

O descontínuo

Imagina-se uma linha do tempo na cidade de São Luiz do Paraitinga, pautada na perspectiva cronológica. Percebe-se período de ocupação, formação da vila, entreposto, formação da cidade, produção cafeeira, agropecuária leiteira, monocultura e turismo. Esse decurso temporal linear (MASSEY, 2008) facilitou

a visualização de como o tempo se relacionou com o espaço e vice-versa, pois nesses períodos as transformações produtivas foram também produzindo transformações no espaço ocupado. No entanto, na linha do tempo contínua, supõem-se ocorrências de eventos substanciais para o município que, pela intensidade e imprecisão, provocaram descontinuidade na relação linear tempo/espaço.

A descontinuidade aqui discutida tem o sentido de ruptura ou aceleração de acontecimentos na relação tempo/espaço. Para Lefebvre (2001), a aceção de descontinuidade ora se traduz na interrupção do território a partir da fragmentação – o território é fragmentado e descontínuo, ou seja, as partes do todo aparentemente não têm ligação uma com a outra, mas constituem a mesma unidade –, ora a descontinuidade tem a ver com eventos que provocam rupturas na dinâmica da cidade – por exemplo, a guerra, as revoluções. Dessa forma, neste último caso, supomos que tais rupturas suscitadas pela inundação também alteraram a relação tempo/espaço.

A origem do evento provocador da ruptura pode ser diversa: de caráter socioeconômico, como a crise cafeeira, no início do século XX; a partir de uma intempérie, como a inundação ocorrida na cidade de São Luiz do Paraitinga, em 1863; e agromercantil, como a recente expansão da monocultura de eucalipto no município. Enfim, os eventos podem ter origens distintas, mas o seu desdobramento fomenta mudanças significativas na estrutura social.

Sendo assim, a partir dessa preposição da descontinuidade, tem-se como conjectura que a inundação na passagem do ano 2009/2010 foi um dos inúmeros eventos ocorridos no município que provocaram o estado de descontinuidade, alterando radicalmente o futuro das ações. Este futuro é esperado pela progressão linear do tempo, tanto dos entes públicos, como da vida privada de uma parcela da população.

Por sua intensidade, a inundação provocou na população, em determinado período, principalmente nos atingidos, a incerteza, a desesperança, o descompasso da vida cotidiana. Assim como a vida privada dos atingidos foi

abalada, a gestão pública local também sofreu a pressão de dar resposta à diversidade de problemas emergentes. Dessa forma, diante do caos das condições socioeconômicas do município, a gestão pública foi impelida a reorganizar as políticas públicas e a acelerar o tempo para execução das mesmas.

Partimos do pressuposto de que o fato da gestão pública reorganizar as políticas públicas não significou que houve uma mudança na qualidade de tais políticas e/ou no paradigma administrativo das instituições pública municipal, estadual e federal. A inundação acelerou determinados processos da gestão estatal, resultando em ações públicas imediatas, mas a concepção política que norteava tais ações, na maioria dos casos, permaneceu a mesma. Como exemplo, pode-se citar a incoerência da construção de conjuntos habitacionais no pequeno município de São Luiz do Paraitinga com uma tipologia de conjuntos habitacionais planejados para municípios de médio e/ou grande porte. A política habitacional buscou um aproveitamento do espaço, construindo parcela das habitações verticalizadas e geminadas. Tem-se como hipótese que esse tipo de política pode provocar mudanças substanciais no modo de vida da população mutuária, visto que impulsiona uma reorganização na concepção de moradia que, para aquelas pessoas, é fortemente marcada pela tradição rural.

Por fim, o tempo e o espaço na descontinuidade erigiram mudanças até então não planejadas. Como exemplo, é pouco provável que ao cidadão, antes de ser atingido pela catástrofe, estivesse em seus planos a destruição total de todos os seus objetos pessoais, mobiliários e, inclusive, o próprio imóvel. O descontínuo vivenciado pela população impeliu mudanças, mas criou um estado de incerteza frente ao futuro, tanto no comportamento como na atividade produtiva da cidade (o turismo histórico).

Espaço e corpo

A emersão da imagem do corpo se reproduz na cidade (Sennett, 2006), o espaço citadino se apresenta visivelmente como uma entidade autônoma ao corpo, mas esse espaço sobrepõe-se em camadas não visíveis. Tais camadas, produto das relações dos corpos, têm em si os afetos, as histórias, os traçados, a cultura e a poética que compõem um cenário imaginário das ruas, das casas, da praça. O corpo está inserido na cidade, são indissociáveis, expressa-se na arquitetura, no urbanismo e no invisível da cidade (Calvino, 1972).

Pensar no corpo é pensar em um espaço vivo, atuante, autotransformador e transformador de outros espaços, que podem ser animados, inanimados e também objetos. Para Bettanini (1982), baseado nas ideias de Merleau-Ponty, a experiência do corpo ou da imagem corporal ensinam a enraizar o espaço na existência. Assim, não há espaço sem corpo nem corpo sem espaço; mundo e corpo estão interligados.

Segundo Lefebvre (1974), o discernimento do espaço é possível com a introdução de eixos de orientação e direção engendrados pelo corpo, o qual *ocupa* o espaço. O termo ocupação é usado no sentido de uma relação imediata entre espaço e corpo. O autor introduz uma discussão do corpo vivo com o espaço, o qual produz e se reproduz no espaço. Para ele, o corpo age sobre a matéria transformando-a, produz seu alimento para se sustentar (produz seu próprio corpo) e se reproduz pela parceria com outro corpo. Então, temos o corpo vivo operando no espaço, e o espaço concreto (natureza) operando no corpo.

Tomando como escopo a cidade, podemos inferir que a cidade é um corpo vivo, pois os corpos funcionam como matriz do espaço da cidade, dando-lhe vida. Não há cidade sem vida; quando desaparece a vida da cidade, esta se transforma em ruína. Então, os corpos dão vida e orientam a cidade, assim como a cidade, com vida, irradia no corpo: “A forma da cidade dá-lo à cidade. Sim, mas o que dá forma a essa forma é o ser humano. Assim, é o ser humano que dá o seu ser para a cidade” (Berque, 2000, p. 42).

Portanto, vive-se na cidade e a cidade está no corpo; tem-se uma fusão entre corpo e cidade. Esse tipo de integralidade configura-se, como salienta Pankow (1988), em um espaço vivido, utilização plena do espaço através da harmonia e integração com o mesmo, onde há um arcabouço de significados, que passam a ser significantes na relação com o outro. Tal fato se desempenha pelo compartilhamento e pelas trocas simbólicas (*Autor*, 2007). O corpo é espaço em si e produtor do próprio espaço.

A partir desse pressuposto do corpo e da cidade que se podem apropriar das reflexões de patrimônio de Gonçalves (2003; 2005), quando salienta que o patrimônio demarca um domínio subjetivo de determinado grupo sobre outro e, simultaneamente, faz uma mediação de oposições materiais e espirituais. Em vista disso, em São Luiz do Paraitinga, indica-se que:

[...] Patrimônio sublinha uma dimensão material da vida social e cultural. E, ao lado dessa dimensão material, é preciso assinalar a dimensão fisiológica, ou, mais precisamente, o uso de técnicas corporais. Objetos sempre implicam uso determinados do corpo [...] não há subjetividade sem alguma forma de patrimônio (GONÇALVES, 2005, p.22-27)

A destruição de boa parte do patrimônio histórico da cidade (casarões, casas, igrejas) mexeu temporariamente no processo de mediação entre espaço/corpo e cidade. Visto que o patrimônio contribuiu na orientação do comportamento das pessoas, conferiu identidade ao lugar e, sobretudo mediou os aspectos da cultura, da tradição e da religiosidade.

A perspectiva do olhar

A proeminência da imagem é um fator importante a ser considerado porque a imponência de algumas edificações perdurou no decurso da História. Foram objetos importantes que a sua representação manteve até hoje. A

representação dos casarões, da igreja e das casas traz em seu bojo não somente a beleza, mas também um cenário político, um modo de comportamento, um poder econômico e um poder cultural. Essas edificações ressaltaram o período em que a fachada se tornou importante para impactar a percepção visual, enaltecendo a perspectiva externa do imóvel. Esse mecanismo se baseou na proeminência da imagem imediata como princípio organizador da percepção do observador.

A fachada das edificações se impôs no campo perceptivo pela pujança do traçado arquitetônico – cor, forma, detalhe –, adquirindo um status de obra de arte (objeto de contemplação). Dessa forma, houve uma centralidade nas imagens como escopo da lembrança. A percepção visual prevaleceu sobre os outros sentidos (BARROS, 1999), conferindo à representação da cidade uma imagem circunscrita ao centro histórico, a imagem das edificações históricas. Entretanto, na gênese da representação das edificações e da imagem social da cidade, encontram-se, no seu conteúdo, entre outros elementos, as vivências da religiosidade católica (igreja), a praça (Estado) e a família (núcleo da estrutura social). Esses elementos se constituíram em categorias de mediação da estrutura social local, cuja análise demonstra um comportamento psicossocial vinculado a esses entes:

- Família: a reprodução biológica do espaço (LEFEBVRE, 2006), núcleo mantenedor da tradição na cidade, tem como característica a forma nuclear orientada pela moral cristã;
- Praça: a construção da praça representou a presença do Estado, o planejamento, a divisão social do espaço, o enaltecimento da propriedade privada e o compartilhamento social, pois, no entorno da mesma, concentraram-se edificações simbolizando o poder, mas também funcionou como espaço socioafetivo e simbólico;
- Igreja: expressão da religião católica, principal religião praticada na cidade, fundamentadora do valor moral da família, mantenedora da tradição como princípio norteador da esfera social.

Não obstante, a mediação da estrutura social não se restringe apenas aos elementos acima citados, mas os selecionamos como forma de condensar uma multiplicidade de aspectos que compõem a dinâmica social. A nosso ver, funcionam como entidades que estruturaram o sentimento coletivo da perda provocada pela inundação, especificamente aquilo que era comum para toda a população, o patrimônio: os objetos representantes da memória e da identidade cultural.

A manutenção do conservadorismo nas esferas públicas e privadas possibilitou uma aproximação sensorial e afetiva com as edificações históricas. Da aproximação, entre o conservadorismo na família, na religião e no comportamento, pode-se inferir o quanto era importante para a população a construção ou a manutenção de objetos concretos representantes simbólicos desse traço social, instigando, portanto, o comportamento coletivo de preservação de algumas edificações, tornando-as parte da história da cidade, fomentadoras de um modo de vida típico do local, fonte de inspiração artística e legado cultural.

Dessa forma, a destruição desses objetos provocou, de maneira abrupta, uma reorganização na imagem da cidade. Foi preciso afirmar nas manifestações culturais – expressão simbólica – os objetos ausentes. A ressurreição dos objetos ausentes ativou as lembranças, a memória social, e fez com que o concreto não perdesse a sua função simbólica. Houve um (re)vivamento do simbólico para manter os seus símbolos concretos. Segundo Pollak (1992), quando se perde o objeto concreto da memória, perde-se a memória².

Memória social e catástrofe: a experiência desorganizadora

²“*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativo íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida, também, ou sobretudo, como fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes [...]” (POLLAK, 1992, p.2).

Nas observações realizadas no município após a inundação, percebeu-se que o assunto enchente era recorrente nas conversas das pessoas. Houve morador que preferiu o silêncio, e morador que estava sempre falando sobre a enchente e seus efeitos na cidade e na vida privada. Esse tipo de habitante evocou lembranças sobre a casa em que morava ou sobre a cidade como um todo.

O morador relator do evento propiciava que o ouvinte fosse conduzido pela narrativa dos fatos, adentrando nas suas lembranças, percebendo o que lhe era importante: valores, relações pessoais, ideias e sentimentos perante a cidade e os objetos pessoais. No percurso desse trajeto, o interlocutor tinha a possibilidade de construir representações do quadro do evento a partir do testemunho do vitimado.

As lembranças decorreram sobre o cotidiano dos desabrigados nos dias da catástrofe, a igreja que caiu, a casa sendo inundada progressivamente, a retirada dos objetos, o cenário histórico desabando. Quando falaram do período após a inundação, as lembranças mudaram de foco, referiram-se mais ao comportamento e sentimento das pessoas e menos aos objetos em ruínas. Buscava-se, através da evocação da lembrança, confeccionar o quadro emocional dos indivíduos.

Na sequência do relato, havia também o dizer sobre a vontade de reconstruir, simbolizado pela ideia de ressurreição – morte ao passado e vida para o futuro – o sentimento de que conseguiriam recuperar tudo, pois as perdas foram materiais e não lhes foi retirada a vida (mas era preciso nascer novamente). O sentido que davam era de uma reorganização psicológica na busca da motivação e força para reconstruir todos os bens materiais novamente. Reconstruir a cidade traduz-se na reorganização dos aspectos materiais que compõem a **identidade de lugar**³, pois a mesma demandava a manutenção do ambiente socioafetivo, no qual se estruturaram as principais lembranças dos vitimados.

³ Segundo Freire e Vieira (2006), a identidade de lugar são os modos por que a pessoa simboliza o espaço, a relação consigo mesma e com o mundo.

Narrar o evento para alguns possibilitava, então, o acionamento das lembranças pessoais daquele que falava; a evocação das lembranças dos outros que vivenciaram a mesma situação; a reorganização do seu estado emocional; a busca de uma explicação; a construção da ideia da catástrofe por aquele que não a vivenciara; a legitimação da verdade do testemunho, pois quanto mais se ouvia relatos iguais aos seus, mais a lembrança se aproximava da verdade dos fatos, sem distorções, (HALBWACHES, 2011) – a vivência do evento. Esse processo tornou-se uma das formas das pessoas reconstruírem os seus interesses e motivações para com a cidade. A necessidade de narrar o evento tinha, dentre outras relações, a função de superar os infortúnios, afirmar a continuidade do lugar e projetar novos caminhos pessoais.

Constou-se que, no conteúdo das narrativas, havia a convergência de situações desdobradas do evento (enchente), quais sejam: as torres da igreja cedendo; o mercado submerso; a praça desaparecida; os casarões em ruínas; Essas imagens, amplamente divulgadas na mídia, construíram o acontecimento midiático. O discurso do acontecimento ordenou uma verdade (FOUCAULT, 2011): qual verdade? A verdade do discurso da imprensa, o qual trazia em seu bojo a separação da fala e do sentimento, a oficialização de uma história do fato, o condicionamento de imagens da catástrofe e, sobretudo, o discurso da imprensa sobrepôs no domínio local interesses múltiplos que transcenderam as fronteiras regionais.

Partindo desse pressuposto, a exposição midiática da tragédia engendrou um discurso oficial em que as lembranças dos testemunhos - as ideias e imagens -, transformaram-se em representações do evento. Tais representações estão na dimensão do discurso e não na vivência do evento e, essas passaram a circular em toda a sociedade. Para legitimar tal acontecimento, a mídia utilizou-se, principalmente, do testemunho dos atingidos, mas também das opiniões dos representantes políticos, dos artistas famosos, de cientistas sociais e outros. A ampla divulgação do acontecimento provocou sensibilização em diversos setores da sociedade, instigando campanhas

nacionais de arrecadação de alimentos, produtos de limpeza e outros materiais e utensílios domésticos. De certa forma, os efeitos da dramatização midiática do acontecimento foram uma forma de legitimar um discurso deste, e conseguiram atingir o grande público.

As diversas experiências pessoais oriundas da vivência da inundação transpuseram a intimidade doméstica (vida privada) para o circuito social. As pessoas passaram a compartilhar a experiência da tragédia, pois, aos poucos, a relação diária entre elas propiciou que as experiências fossem ajustando-se, equiparando-se, assemelhando-se, confrontando-se, anulando-se e, produzindo uma rede discursiva da tragédia, uma ruptura coletivamente partilhada que atravessou todos os segmentos da cidade; tais discursos eram ouvidos em qualquer canto do município e ultrapassavam as fronteiras.

Todavia, os discursos geraram disputas de sentidos (CARISSIMI, 2010) no contexto da catástrofe, porque, mesmo estes se colocando como uma verdade oficial, outros discursos circulavam no contexto em questão, ora denunciando o oficial, ora se consubstanciando com o mesmo. Tem-se, então, um jogo discursivo que permeou o evento, que pode ser colocado da seguinte forma:

- O discurso midiático possibilitava a criação da imagem panorâmica da destruição, informação, mas trazia em seu bojo agenciamentos religiosos (LOPES, 2012), agenciamentos culturais (SILVA, 2011), interesses políticos, econômicos e outros interesses que se sobrepunham aos outros discursos;
- Os discursos não oficiais provinham das testemunhas da catástrofe e buscavam ressaltar sentimentos, pontos de vista, culturas, construídos ao longo da morada na cidade. Pode-se comentar que era uma versão particularizada da experiência, aproximando do que Halbwachs denomina de *intuição sensível* – a parte da lembrança que permanece um estado da consciência individual da pessoa. Os vitimados, ao pronunciarem tal acontecimento, deixavam transparecer a feição do desgosto e da dificuldade que a nova realidade impunha em suas vidas. Para aqueles, portanto, não havia, até então, uma separação entre o discurso e o sentimento, pois as

lembranças evocavam um passado em andamento, ou seja, o passado com o olhar, a sensação, o sentimento, o ponto de vista suscitados pela realidade presente.

Aqui, das inúmeras possibilidades de especulação que essa questão coloca, apresentaram-se duas perspectivas que são complementares, mas partem de pontos diferentes para discussão: a) a lembrança do trauma pelo sujeito vitimado; b) a lembrança social do acontecimento;

A) De acordo com Seligmann-Silva (2008), nós temos necessidade de contar aos outros o trauma de forma tão forte e impulsiva que isto compete com as outras necessidades elementares. Classifica-se como elementar a necessidade de narrar algo após uma vivência em situações traumáticas. Narrar o trauma tem um sentido primário do renascer, ligar-se ao outro que existe em si mesmo e aos outros fora de si. Há uma dificuldade de narrar o trauma, contudo o “trauma é a memória do passado que não passa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.5).

A narrativa da catástrofe, nessa perspectiva, seria uma forma alegórica de minimizar a lembrança da agressão emocional, superar a dor, buscar explicações pessoais para a destruição. Tais justificativas se apoiaram, principalmente, nos valores religiosos, na tradição e, indiretamente, na gestão pública da cidade. A convicção que tal explicação foi suficiente para a compreensão da tragédia que se abateu, possibilitou aos atingidos a motivação para a superação das circunstâncias (materiais e psicológicas) nas quais se encontravam. O processo de achar uma explicação para a sua situação alterava o ponto de vista sobre si mesmos e seus desígnios. Dessa forma, quando narravam a catástrofe, reviam seu ponto de vista, sua percepção das coisas, buscavam superar o passado para projetar o futuro.

Contudo, os moradores da cidade continuavam no ambiente que foi gerador da lembrança. O funcionamento da cidade, a paisagem, a organização do trabalho, a vida doméstica, o comércio, o patrimônio, as edificações, e outros, impunham um presente descontínuo com o passado, mas, paradoxalmente, impeliam às pessoas a constante evocação das lembranças do evento. Esse

mecanismo indicou que a vivência do ambiente propulsor da lembrança tem força para fazer emergirem e/ou reaparecerem as lembranças (HALBWACHS, 2011) produzidas no mesmo espaço. Dessa forma, o ponto de vista sobre o passado poderia sofrer alteração, mas a realidade no qual estavam inseridas era muito recente, evocando aspectos desagradáveis da memória.

B) A lembrança social do acontecimento vincula-se ao compartilhamento das experiências individuais dos vitimados, mas sua expansão, além da escala local (contexto), relaciona-se com a forma que o discurso da inundação influenciou a percepção das pessoas sobre a cidade.

Dessa ideia, podem-se tirar as seguintes discussões:

b1) A primeira diz respeito à memória social: de acordo com Halbwachs (2011), as representações dos objetos e lugares na memória individual são fruto de uma representação coletiva relacionada a esta. Partindo desse pressuposto, quanto mais as lembranças são comungadas pelas pessoas que vivenciaram o acontecimento, mais tais lembranças serão intensas e apresentarão explicitamente o seu caráter coletivo. No contexto da tragédia de São Luiz do Paraitinga, diversas situações contribuíram para a construção social da memória coletiva do evento, quais sejam: um grupo de pessoas (mais de 50% da população da cidade) ⁴ compartilhava da mesma lembrança; o evento, coletivamente, provocou intensas sensações e sentimentos; a existência de relação afetiva entre as pessoas envolvidas; a relação familiar; a tradição, a vivência integral do evento; a relação afetiva com o objeto externo (objetos pessoais, monumentos, igrejas, edificações históricas e outros).

Esse conjunto de atributos acima circunscreve o quadro da lembrança do evento e as situações ou o estado difuso das relações interpessoais, elementos que se uniram e contribuíram para a memória social da catástrofe.

⁴ De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população estimada da cidade, em 2009, era de 10.908 pessoas. Durante a inundação nos primeiros dias de 2010, a Defesa Civil contabilizou 4.000 pessoas desabrigadas - encaminhadas para abrigos públicos - e 5.000 desalojados - que aguardaram a água baixar em casas de amigos ou parentes.

b.2) Em segundo momento, diz-se da transformação do evento (enchente) em um fato jornalístico ou acontecimento. A ampla utilização da tragédia pelos meios de comunicação conferiu uma polarização do assunto durante meses no contexto regional e nacional. O evento ambiental com desdobramento social foi focado em diferentes pontos de vista e imagens, sensibilizou as pessoas fora da cidade, instigando sentimentos de empatia, solidariedade, e intensificando a recorrência da lembrança coletiva nos vitimados. Assim pode ser percebido no trecho da entrevista abaixo:

(...) Então a cidade paralisou e só que teve um discurso muito forte que veio de fora com muito força... a gente não acompanhou muita as notícias da TV, em função da nossa situação aqui, o que a gente ouvia é que São Luiz do Paraitinga estava na mídia, imprensa, a toda momento na imprensa escrita, na imprensa internacional, éeh! Aí se para prá pensar, né! Vieram os políticos de todas esferas: regional, governador, federal, né! Estavam aqui! Como pensar que uma cidade de 10 mil habitantes chama tanta atenção assim?(...) (morador da cidade)

A veiculação repetitiva das cenas: como a torre da igreja caindo e os casarões encobertos pela água, foi uma das formas que a mídia utilizou para impactar e sensibilizar os espectadores. Quando os repórteres conseguiram contato com a população vitimada, produziu-se um discurso ancorado na imagem dos destroços e no drama das famílias desabrigadas. Tal discurso instigou na sociedade brasileira um sentimento de empatia e solidariedade para com São Luiz. Dessa forma, o município passou a receber doações provindas de vários seguimentos, tais como: empresas privadas, órgãos públicos, organizações não governamentais, artistas, jogadores de futebol e pessoas físicas.

Conclusão

Apropriando-se das formulações de Das (1995) sobre o evento crítico e concebendo a enchente como um evento dessa natureza, a enchente decorreu de um fenômeno socioambiental que anualmente ocorre. O evento,

nesse percurso temporal, serviu como mediação para negociação entre os agentes sociais e o Estado. Contudo, a intensidade do evento e a conjuntura política dos períodos históricos eram elementos que balizavam o teor das negociações e os interesses dos envolvidos.

Tanto os agentes sociais como o Estado negociam a partir de um campo de disputa de interesses que auferem a melhora das condições de vida da população até projetos desenvolvimentistas que desconsideram o risco do desastre e as vulnerabilidades locais⁵. Partindo desse suposto, essas negociações são sutis, dissimuladas e anacrônicas. O dado substancial da catástrofe de 2010, cujo evento crítico provocou ruptura nesse processo, estabeleceu com maior clareza os interesses em jogo, impondo, aos agentes sociais e ao Estado, ações conjuntas.

Essa enchente também explicitou que no centro da cidade continuaria correndo risco de inundação caso não fosse feito algo novo na política municipal de urbanização e meio-ambiente. Como tal espaço agrega maior parte das casas e casarões tombados como patrimônio arquitetônico e histórico pelo Estado e pela Federação, a sua destruição provocaria um impacto na atividade turística local e nas festas populares. O desdobramento de tal impacto seria incalculável, visto que atingiria não somente a economia do município, mas também a cultura do lugar.

Todavia, essa discussão possibilitou indicar que na cidade houve a conjunção de dois processos distintos, o da vivência do *evento crítico – propulsor de demandas e negociações*, mas também a produção do *acontecimento traumático- organizador do discurso oficial*.

Na sequência, a correlação do evento com a narrativa do trauma perpassou pela sobreposição do discurso, considerando que o acontecimento traumático organizou uma narrativa de dentro para fora (testemunho) e de fora para dentro (representação do acontecimento). A coalizão dos discursos consolidou a narrativa coletiva do acontecimento, ou a narrativa coletiva do

⁵ “Vulnerabilidade, portanto, é um conjunto de características de um cenário, resultantes de fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais, que aumentam a sua possibilidade de sofrer danos e prejuízos em consequência de um evento adverso” (LOPES et alii, 2010, p.35)

trauma. Com isso, não quer dizer que exista apenas um discurso, mas que há uma convergência nos relatos indicando o enredo coletivo do trauma. Percebeu-se também que narrar o evento tinha uma função psicossocial, mas devem-se considerar os aspectos particulares decorrentes das circunstâncias socioeconômicas e culturais em que tais pessoas vivem. Para o vitimado que até o momento não conseguiu uma nova moradia, provavelmente, o sentimento oriundo da narrativa coletiva do trauma será diferente do que para aquele que conseguiu restabelecer sua habitação.

A narrativa do trauma contribuiu coletivamente para fatigar a dor. Não se deve deixar de mencionar que esse processo também teve um reverso para alguns, ou seja, o contato constante com a narrativa coletiva do trauma provocou uma intensificação da lembrança. Nesse caso, a pessoa desenvolveu ou desencadeou problemas físicos e/ou psíquicos que a poderia levar à morte.

Aqui cabe outra colocação a respeito da narrativa traumática compartilhada. As pessoas comumente têm uma imagem compartilhada da cidade, de acordo com suas experiências pessoais. Essa imagem comporta lembranças afetivas com as pessoas e com os lugares, a respeito desses lugares. Por mais que cada um simbolize algo particularmente, existe um elemento comum que se relaciona com ideias e valores universais repassados para as pessoas. O universal e o singular, no mesmo local, friccionando-se. Porém, a inundação provocou uma ruptura na imagem da cidade, principalmente para aqueles que vivenciaram a tragédia ou foram vítimas dela. Essa ruptura ou choque na imagem da cidade está provocando reformulação da imagem anterior. Têm-se duas lembranças fortes em movimento: uma, do antigo estruturado; outra, do passado recente desestruturado.

O antigo estruturado pode ser caracterizado pela tradição familiar, pelo comportamento, pela cultura, pelos valores religiosos e, sobretudo, pela preservação dos edifícios históricos. O passado recente desestruturado agrega uma carga afetiva muito grande, e que ainda não se dissolveu. Essa carga afetiva é acionada constantemente pela pessoa ao deparar-se com objetos e situações ligados à inundação. Porém, caminhou-se para uma

terceira proposta, uma transição dessas duas imagens (antigo estruturado/passado desestruturado) para uma terceira, que se liga ao futuro, à transição, à constante mudança na cidade em função da reconstrução. Ou seja, um presente se modificando abruptamente, quando, a cada modificação se reconstrói, um novo passado reaparece, ou seja, o passado desestruturado passa a ser reestruturado parcialmente.

Partindo do pressuposto de que o corpo constrói a cidade e de que existe uma relação intrínseca entre objeto e corpo, a destruição parcial do patrimônio histórico suscitou nos cidadãos um estado, temporariamente, de descontinuidade, e reconstruí-los era restabelecer a ponte entre passado e futuro, entre matéria e espírito, reorganizar a identidade cultural.

Referências

ARENDT, Hannah. "A Crise na Cultura: Sua importância Social e Política". In: *Entre o Passado e o Futuro*. 6ª ed. SP: Perspectiva, 2007.

BERQUE, Augustine. "Urbs Dat Esse Homini! La trajectivité des formes urbaines". Conférence donnée au colloque Paisagem e arte, São Paulo, 6 septembre 1999. In: ANGOTTI-SALGUEIRO (dir.), *Paisagem e arte / Paysage et art / Paisaje y arte / Landscape and art*, Sao Paulo, Comitê Brasileiro de Historia de Arte, 2000, p. 41-52.

BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRANDÃO, Carlos R. *Partilha da Vida*. São Paulo: Cabral Editora, 1995.

CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1972.

CARISSIMI, João. *Comunicação Comparada: Um estudo sobre a enchente no Rio de Janeiro (2010) com base na análise das revistas Veja, Época e Isto É*. Revista Mediação, Belo Horizonte, v.13, n.º13, 2011. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/mediacao/article/view/517>>. Acesso em: 01/06/2012

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on contemporary Índia*. New Delhi: Ox Ford University Press, 1995. 230pp

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 21ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2011

FREIRE, José C.; VIEIRA, Emanuel, M. Uma Escuta Ética de Psicologia Ambiental. *Psicologia & Sociedade*: 18(2): 32-37; mai./ago. 2006

GONÇALVES, Bruno S. “Na Travessia da Modernidade: Imaginação poética e resistência na memória de caipira em São Luiz do Paraitinga”. Dissertação de mestrado - Serviço Social, PUC-SP, 2007.

GONÇALVES, José R. S. *O Patrimônio Como Categoria do Pensamento*. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: http://www.proppi.uff.br/turismo/sites/default/files/mp_21_29.pdf Acesso: 20/11/2011

GONÇALVES, José R. S. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, nº23, p.15-36, jan/jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832005000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 20/11/2011,

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 2ªed. São Paula: Centauro, 2011.

KNAUSS, Paulo. A cidade Como Sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea – O Incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, n.º53, p.23-54 – 2007.

LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. Tradução: Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia da UMG (do original: *La production de l’espace*. 4ª ed. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, José R. *O DIVINO RETORNO*: Uma abordagem fenomenológica de fluxos identitários entre a religião e a cultura. *Revista Etnografia*. Portugal, 16(32), p.339-361, jun. 2012.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PANKOW, Gisele. *O Homem e Seu Espaço Vivido*. Campinas/SP: Papyrus, 1988.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Transcrição e Tradução: Monique Augras. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: v.5, nº10, 1992, p.200-212. Disponível em: < http://www.historicidadecom.net63.net/memoria_e_identidade_social.pdf> Acesso em 10 nov/2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o Trauma*: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Ver. Psic. Clin.,RJ*, v. 20, n.1, p.65-82, 2008.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SILVA, André L. *A Conveniência da Cultura Popular: Um estudo sobre pluralidade de domínios, danças devocionais e a ação dos mestres no Vale do Paraíba*. Tese de Doutorado – Ciências Sociais, PUC-SP, 2011.

TOLEDO, Marcelo H. S. “Espaços Individuais e Coletivos de Sacralidade nos meios de populares: Um estudo sobre a imagem, conflitos simbólicos e campo religioso”. Dissertação de mestrado – Ciências da Religião da PUC-SP, 2002.

TRINDADE, Jaelson B. “No caminho do Paraitinga”. In: TRINDADE, Jaelson B. Luis; SAIA, Luis. *São Luiz do Paraitinga: Publicação nº 2 do Conselhos de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado*, São Paulo, 1977.

VIEIRA, LUIS A. “Está chegando o tempo de política... de eleição... Expressões da participação política dos moradores do Distrito de Catuçaba, São Luiz do Paraitinga, SP: permanências e mudanças” 2007/2008. Dissertação de mestrado - Serviço Social, PUC-SP, 2008.